

NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS SOBRE A MOBILIDADE RESIDENCIAL DAS CLASSES SOCIAIS MENOS FAVORECIDAS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS – ESTUDO DE CASO NO ALTO SANTO ANTÔNIO

Nathan Belcavello de Oliveira – UFJF/ Centro de Estudios Humboldt (Argentina) –
belcavello@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Analizamos neste artigo a mobilidade residencial das classes menos favorecidas da cidade de Juiz de Fora, localizada no Estado de Minas Gerais, buscando assim, um estudo sobre tal fenômeno em uma cidade média, procurando relacionar tais deslocamentos com a inclusão da cidade, motivada pelas políticas neoliberais, no processo de globalização econômico-produtivo. As cidades médias são, contemporaneamente, o principal foco do crescimento demográfico urbano brasileiro, sobretudo, relacionado ao acréscimo migratório. Entretanto, os estudos sobre as dinâmicas internas destas cidades e suas modificações a partir deste incremento populacional, sublimado no último decênio do século passado pelo processo de inserção produtiva na globalização econômica, são poucos, o que nos leva a concluir que a maioria das cidades médias vem crescendo sem uma preparação consciente de seu futuro, o que pode derrocar no surgimento de outras tantas cidades de grande porte e/ou até metrópoles com problemas infra-estruturais e abismais desigualdades sociais.

Partindo da necessidade apresentada acima é que já elaboramos, por conta própria, ou juntamente com outros pesquisadores, uma série de artigos sobre as várias dinâmicas intra-urbanas¹ de Juiz de Fora, pois assim contribuímos para um planejamento que, pelo menos, dirima algumas das desastrosas consequências das políticas neoliberais e do processo não-includente de globalização nos espaços intra-urbanos.

¹ “Utilizamos o termo *intra-urbano*, baseados em VILLAÇA (2001), que justifica seu uso na distinção entre as dinâmicas relacionadas ao ‘interno’ das cidades, devido ao comprometimento dos termos *espaço urbano*, *estrutura urbana*, *dinâmicas urbanas*, etc, ou seja, à palavra *urbano* – que já bastaria como expressão satisfatória para explicação dos fenômenos e elementos internos de uma cidade – com relação ao estudo regional” (OLIVEIRA et MENEZES, 2004: 3).

O local, denominado Alto Santo Antônio foi escolhido para a execução de um estudo de caso, uma vez que não há informações satisfatórias para toda a cidade. Formulamos um questionário para aplicação junto às famílias. Este questionário levanta três características básicas sobre as famílias e sobre o local em que habitam: características do domicílio, da família e da mobilidade residencial.

Para apresentação de nosso trabalho decidimos dividir este texto em quatro partes principais. A primeira trata sobre os fundamentos teóricos e a lógica econômica em que nos pautamos para realização da pesquisa, tratando sobre os conceitos de neoliberalismo, processo de globalização econômico-produtivo e mobilidade residencial. Partimos, então, para um delineamento do perfil demográfico da cidade de Juiz de Fora de maneira generalizada. Logo após trouxemos informações sobre o local estudado, bem como alguns dados relacionados à mobilidade residencial das famílias que o habitam. Por fim, esboçamos algumas análises que fizemos a partir do estudo de caso.

1. NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E MOBILIDADE RESIDENCIAL

O neoliberalismo, conjunto de políticas sócio-econômicas, implementado pelo governo brasileiro durante os dois últimos decênios do século XX, foi responsável pela reestruturação espacial, preparando-o para sua inserção na economia que se globalizava. Assim sendo, seguiu-se a estruturação sócio-espacial brasileira, baseados no Consenso de Washington, para sua compilação à economia mundializada e ao novo estratagema produtivo do capital globalizado.

No início da década de 1990, com gritos de triunfo os economistas latino-americanos da nova geração saudaram o advento de governos liberais na América Latina, um por um, todos os países aderiram ao novo modelo. [...] O neoliberalismo encontrou na América Latina um espaço particularmente acolhedor. Devido às características da história [...], à sua cultura e à sua estrutura social. [...] A ideologia neoliberal foi recebida na América Latina dependente não só economicamente, mas também culturalmente (SIMONCINI, 2003: 1).

Contudo, devemos entender as políticas neoliberais implementadas no país *in lato senso*, uma vez que, ao contrário do que se acredita ao termo, o Estado se fez presente na economia durante todo o período, seja financiando o desmantelamento das empresas e dos monopólios estatais – leilões da Vale do Rio Doce, do sistema de telecomunicações, etc. – seja pela flexibilização financeira e a desregulamentação, para favorecer a “livre e justa concorrência” – flutuação cambial, liberalização dos preços dos combustíveis, etc. – seja pela sistemática pauperização dos serviços públicos essenciais – educação, saúde, previdência social – em favor do pagamento de uma dívida externa que nunca diminui.

Para ser competitivo é preciso, por um lado, desenvolver os setores em que o país tem vantagens competitivas. Na prática, os países latino-americanos preferiram importar tecnologia abrindo as portas e oferecendo vantagens às multinacionais [...], [estas] têm total liberdade para substituir, comprando ou eliminando as empresas nacionais[...]. O capital externo toma conta das antigas empresas públicas. Chega-se a uma situação em que a maior parte da economia está em mãos estrangeiras. O Estado fraco deve reduzir os gastos sociais [...]. Cada um deve cuidar da sua saúde, aposentadoria, educação dos seus filhos (SIMONCINI, 2003: 2-3).

Por sua vez, entendemos a globalização *in stritu senso*, enquanto processo estritamente econômico espacial, quer dizer,

o que se “globaliza” é a economia e os espaços de atuação da mesma, não a sociedade de uma maneira geral. Desta maneira, somente uma parcela da população vai se beneficiar da globalização econômica, em detrimento a uma grande parcela que se inclui de maneira precária a este sistema econômico global (OLIVEIRA; LOURES et CASTRO, 2005: 10767).

Tal lógica se reflete nas cidades do país. Assistimos a diversificação de seus espaços intra-urbanos, uma vez que são os lugares do processo de produção imediatos e ampliados do capital que se globaliza (RAMOS et BARBOSA, 2002).

Na escala do globo, o motor implacável de tantas reorganizações, sociais, econômicas, políticas e, também, geográficas, é essa mais-valia global, cujo braço armado é a competitividade, que neste nosso mundo belicoso, é a mais guerreira de todas as ações (SANTOS, 2002: 333).

Tal diversificação – longe de ser positiva, pois cria fragmentações, segregações sócio-espaciais, desigualdades sociais, violência, etc. – se traduz em conflito, pois, como nos lembra Milton SANTOS (2002).

[...] Enquanto no ‘mundo’ só o que conta é o global, nos territórios nacionais, tudo conta. Empresas e instituições dos mais diversos níveis, e não só empresas gigantes, convivem no conflito. Convivência necessária, conflito inevitável. Quanto mais desigual a sociedade e a economia, tanto maior o conflito. É o caso dos países subdesenvolvidos [...] (p. 335-336).

Este conflito sócio-espacial pode ser analisado de várias maneiras em nosso cotidiano. A que privilegiaremos aqui será a mobilidade residencial.

A mobilidade residencial

Segundo MAGALHÃES (2002), mencionando CADWALLADER, a mobilidade residencial pode ser explicada dentro da lógica do mercado residencial, com as famílias alterando seu estoque de moradias, à medida que passam por mudanças sócio-econômicas e/ou em sua estrutura familiar. Fazendo menção a CLARK et ONAKA, MAGALHÃES (2002) apresenta, a respeito das mudanças residenciais, três classificações de tipos de movimento: o de ajuste², o induzido³ e o forçado⁴.

Já LAGO (2000), em nota feita para BRAND et BRULHARDT, interpreta a mobilidade residencial como um deslocamento à curta distância, pertencente à mobilidade espacial que também envolve as migrações. Este foi o conceito mais aproximado que encontramos da mobilidade residencial enquanto fenômeno espacial.

Contudo, acreditamos que a mobilidade residencial pode ser encarada como uma das muitas dinâmicas intra-urbanas, caracterizada por um movimento, quase sempre de direção única e feito de maneira rápida, entre dois pontos do espaço

² Eventos relacionados à quantidade do consumo das famílias, especialmente relacionados à alteração na condição de posse (MAGALHÃES, 2002): aumento na renda da família, por exemplo.

³ Eventos resultantes “*da formação/dissolução familiar e aqueles associados com múltiplos ou ambíguos ajustes necessários, devido às mudanças no ciclo de vida ou em outras características da família*” (MAGALHÃES, 2002: 7): casamento, nascimento de um filho, separação do casal, por exemplo.

⁴ Eventos sem o controle das famílias (MAGALHÃES, 2002): a interdição do imóvel, ou a perda deste em um desabamento, por exemplo.

intra-urbano, ou seja, é o deslocamento entre a moradia original e a nova; motivado por condicionantes as mais variadas possíveis (OLIVEIRA et MENEZES, 2004: 3).

Essa, longe de ser um sistema fechado, está estreitamente ligado aos processos migratórios nacionais e regionais, potencializados pela condicionante que destacamos aqui, a inserção das cidades médias, no nosso caso Juiz de Fora, na lógica produtiva do capital globalizado⁵, visto que, principalmente na última década do século XX, essas apresentaram taxas de crescimento relacionadas ao saldo migratório bem mais significativas na dinâmica demográfica quando comparadas ao crescimento vegetativo delas próprias e ao crescimento migratório relativo⁶ das metrópoles e grandes cidades brasileiras.

Outra relação estreita que apresenta a mobilidade residencial é com a segregação sócio-espacial.

A segregação sócio-espacial encontra sua dinâmica dentro da cidade através da mobilidade residencial, motivada, por sua vez, pelas novas áreas que vão sendo somadas à cidade já existente [...]; pelo abandono por uma dada classe de uma área [...]; e/ou pela renovação de áreas ‘degradadas’ do espaço intra-urbano [...]. Contudo, a mobilidade residencial também se vê impulsionada pela segregação sócio-espacial, quando aquela se põe em marcha por motivos de ajuste, por exemplo [...]. Daí afirmarmos que a mobilidade residencial e a segregação sócio-espacial são fenômenos dialéticos (OLIVEIRA et MENEZES, 2004: 4).

2. MIGRAÇÃO E MOBILIDADE RESIDENCIAL EM JUIZ DE FORA – MG

Juiz de Fora, principal cidade da Mesorregião da Zona da Mata Mineira, localiza-se na porção sul da região, estando no eixo da BR 040, entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte (vide mapa 1, 2 e 3). Tem uma população estimada em 493.121 habitantes residentes (IBGE, 2004) e uma grande população flutuante⁷.

⁵ A este respeito ver OLIVEIRA; CHAVES et SIMONCINI (2004).

⁶ O crescimento migratório absoluto das metrópoles e demais grandes centros urbanos brasileiros continua sendo infinitamente superior aos das cidades médias. Contudo, percentualmente, as últimas apresentam participação elevada e crescente na redistribuição da população do país. A esse respeito ver BAENINGER (1998).

⁷ “Consideramos como população flutuante toda a população que não possui sua moradia definitiva em Juiz de Fora, mas que permanece na cidade durante os dias úteis e volta aos seus municípios de origem nos finais de semana, ou por um período mais longo, para fazer um curso superior, por exemplo, e retornam para os locais originários, como, também a população que faz a migração pendular, saindo de municípios circunvizinhos para trabalhar e/ou utilizar os equipamentos urbanos, comércio e serviços” (OLIVEIRA et MENEZES, 2004: 6).

Mapa 1 – Localização de Juiz de Fora na Região Sudeste Brasileira



A cidade teve um acréscimo populacional de destaque, sobremaneira no desenrolar da última década, assim como outras cidades brasileiras de porte médio, como já supracitado, principalmente devido à atratividade econômica que o município exerce sobre as populações de outras cidades da região, tanto em Minas Gerais, quanto em municípios limítrofes fluminenses⁸, que buscam em Juiz de Fora o usufruto de equipamentos urbanos⁹ e de serviços.

O município, no final da década de 1980 e durante o decênio de 1990, assistiu a preparação de seu território para inserção no sistema produtivo globalizado, com a esperança de sair de um longo período de decadência econômica e industrial (OLIVEIRA, LOURES et CASTRO, 2005: 10773).

A tabela 1 mostra algumas reestruturações territoriais que a cidade e região obtiveram no último quartel do século passado e início do século XXI.

⁸ A esse respeito ver melhor em MACHADO (1997).

⁹ “Equipamentos urbanos entendidos no sentido regional, segundo VILLAÇA (2001), como instituições de saúde e educação superior, por exemplo, que, sem dúvidas, são de usufruto da região, dado o caráter de cidade pólo que assume Juiz de Fora (MACHADO, 1997)” (OLIVEIRA et MENEZES, 2004: 6).

Tabela 1 – Reestruturação territorial e sua periodização

REESTRUTURAÇÃO REALIZADA	PERÍODO
Duplicação do trecho da BR 040, ligando Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, com posterior concessão à Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio – CON CER;	Final dos anos 1980 (concessão a partir de 1996);
Arrendamento da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal para MRS Logística AS;	A partir de 1996;
Implantação do gasoduto da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig;	A partir de 1995;
Implantação da rede de fibra ótica na área urbana;	Final da década de 1990;
Implantação da primeira Estação de Tratamento de Esgoto (ETE de Barreira do Triunfo) da CESAMA, para atender às exigências da Mercedes-Benz;	
Implementação da Usina Termelétrica de Juiz de Fora das Companhia de Força e Luz Cataguases-Leopoldina e da Alliant-Energy.	A partir de 2001.

Fonte: <http://www.cesama.com.br/>; <http://www.concer.com.br/>; <http://www.gasmig.com.br/> e <http://www.mrs.com.br/>.

Seguindo a reestruturação territorial, investimentos do capital globalizado passam a ser implantados em Juiz de Fora, conforme pode ser visto na tabela 2.

Em par com a chegada do capital globalizado a Juiz de Fora, as conseqüências sobre o espaço urbano passam a ser percebidos. [...] [Um] deles foi o acirramento da atratividade que a cidade já exercia sobre sua circunvizinhança, materializando-se no crescimento dos assentamentos de submoradias; o aparecimento e proliferação dos condomínios fechados; o crescimento no número de instituições de ensino superior; o crescimento da violência; etc (OLIVEIRA; LOURES et CASTRO, 2005: 10774).

Tabela 2 – Investimentos produtivos do capital globalizado implantados em Juiz de Fora

INVESTIMENTO IMPLANTADO	PRINCIPAIS ACIONISTAS
Conglomerado Belgo, que arrendou e depois comprou a Siderúrgica Mendes Júnior;	Grupo Arcelor – resultado da fusão dos grupos Arbed (detentor original da Belgo, de capital luxemburguês); Usinor (de capital francês); e Aceralia (grupo espanhol) – tendo também capitais do Grupo Bradesco e dos fundos de pensão Previ e Centrus;
Um dos quatro centros de atendimento ao consumidor da BrasilCenter, subsidiária da Embratel Participações;	Subsidiária, por sua vez, da Telmex, de capital mexicano ¹⁰ ;
Montadora de veículos da DaimlerChrysler.	Subsidiária do Conglomerado mundial da DaimlerChrysler, de capital alemão e estadunidense ¹¹ .

Fonte: <http://www.belgo.com.br/> e <http://www.embratel.com.br/>.

Entretanto, o que nos interessa neste trabalho diz respeito à mobilidade residencial, diretamente ligada, por sua vez, à dinâmica imobiliária impulsionada pela reestruturação territorial e pelos investimentos do capital globalizado. Observamos na cidade de Juiz de Fora, três vetores principais de investimento imobiliário e de crescimento demográfico (vide mapa 4).

O primeiro abrange a Região de Planejamento¹² (RP) de Benfica, destinado a moradias para classe média, pois nesta região se concentra a maior parte das indústrias, possuindo fácil acesso com a BR 040.

Por sua vez, o segundo vetor abarcaria a RP do Grama – destinado tanto a classes médias, quanto a altas – principalmente relacionado ao fácil acesso ao Centro em sua parte mais ao sul.

¹⁰ A Telmex adquiriu a Embratel da WorldCom, após a falência da empresa estadunidense que havia adquirido a Embratel durante a privatização das telecomunicações brasileiras em 1998.

¹¹ Destacamos aqui o papel determinante que a ‘guerra fiscal’, travada pelos governos de Juiz de Fora e de Minas Gerais com outros municípios e estados brasileiros, teve para a escolha da cidade para implementação da montadora.

¹² Divisão espacial de planejamento estabelecida pela prefeitura – subdivididas, por sua vez, em Unidades de Planejamento – que reúne bairros com características sócio-econômicas homogêneas e contínuas, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU (PJF, 1998).

Mapa 2 – Localização de Juiz de Fora na Zona da Mata Mineira



CIDE/GeoMINAS/PJF
Nathan Belcavello de Oliveira
Março de 2005

LEGENDA

Limites

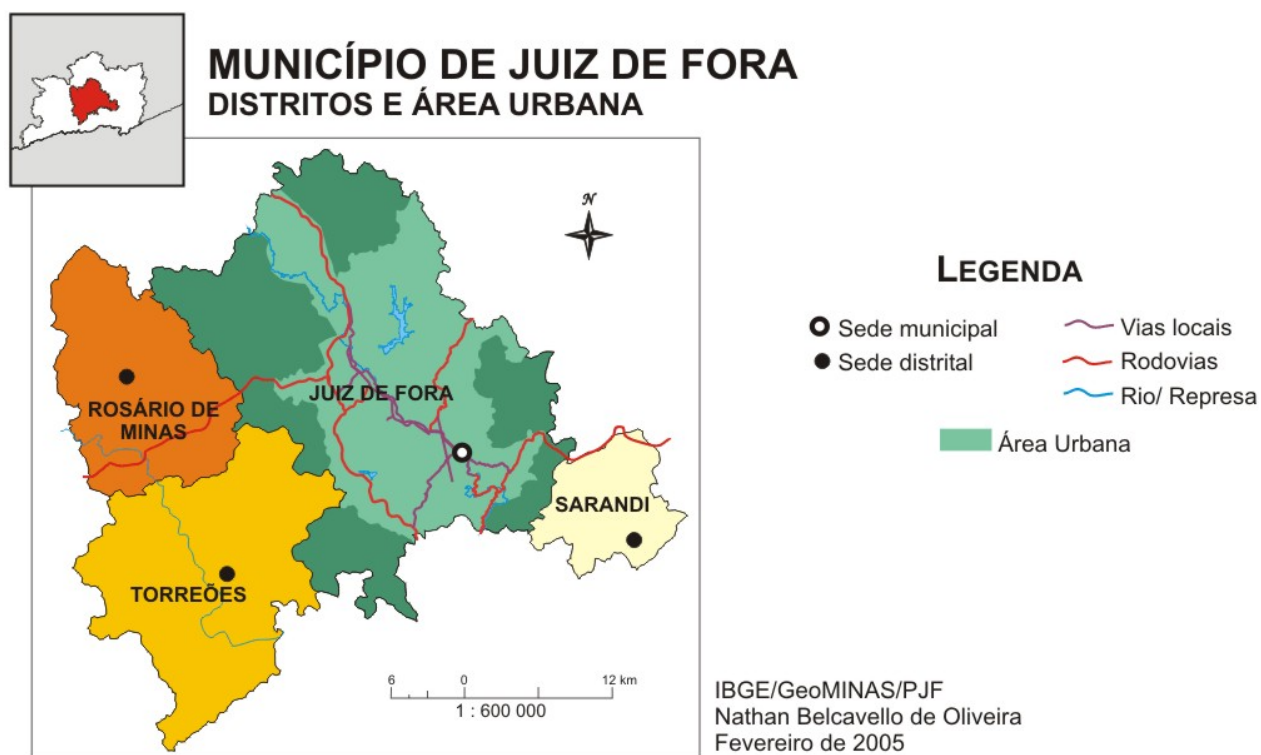
- Municipal
- Microrregiões
- Mesorregiões
- Estaduais
- Sede municipal

O terceiro, destinado à construção de moradias para classes com alto poder aquisitivo, concentra-se na RP de São Pedro e em parte da RP do Cascatinha, região também nomeada de Cidade

Alta¹³, local valorizado pelo fácil acesso com o Centro e com a BR 040; pelos equipamentos urbanos ali localizados – Campus da UFJF, por exemplo – pelos baixos preços do solo inicialmente¹⁴; pelos atrativos naturais – vegetação ainda protegida, clima mais ameno; além de uma diversidade de locais de entretenimento, sobretudo, destinados a jovens e adultos – bares, casas de show – aonde prolifera os condomínios fechados¹⁵.

Não obstante, ressaltamos que os dois primeiros vetores de investimentos imobiliários ainda populações de baixa renda, principalmente em suas áreas mais distantes do Centro.

Mapa 3 – Município de Juiz de Fora



Todavia, não queremos expressar a idéia falsa que, no restante da área urbana, a mobilidade residencial se estagnou. Poderíamos falar assim somente sobre o Centro, que vem modificando gradualmente seu perfil de uso do solo do residencial para o comercial, tendendo a mobilidade

¹³ Denominação adotada por possuir, a área, altitudes mais elevadas – em média 170 metros – em relação ao nível do vale ocupado pela maior parte da cidade.

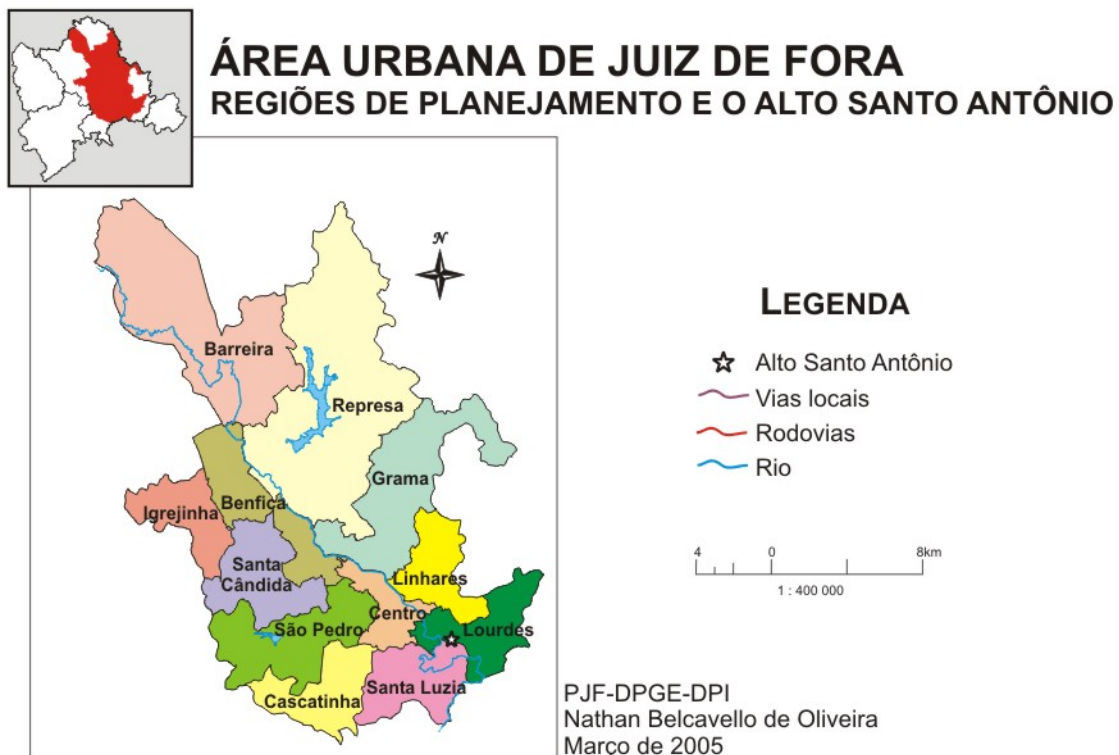
¹⁴ “Até por volta da década de 1960 a área permanece fora dos interesses imobiliários/especulativos, por ser topograficamente isolada do restante da cidade, mantendo um perfil de uso de solo agrícola. Isto vai se alterando no decorrer das demais décadas, a partir da estagnação da ocupação horizontal do vale que limita o núcleo central e da construção da BR-040 na década de 1980” (OLIVEIRA et MENEZES, 2004: 7).

¹⁵ Modalidade de loteamento inexistente na legislação urbana de Juiz de Fora, mas que tem proliferado na cidade, sobretudo na Região de Planejamento do São Pedro.

residencial à estagnação, porque, mesmo suas moradias remanescentes “mantêm um perfil de classe social com maior poder aquisitivo, excluindo-se as classes de baixa renda que encontram na periferia, que não tem sido alvo do interesse imobiliário/especulativo, sua alternativa única” (OLIVEIRA et MENEZES, 2004: 7).

Considerando os dados apresentados e nossa experiência empírica, apreendemos que a cidade possui uma dinâmica demográfica interna, principalmente em relação à mobilidade residencial, plasmada pela migração e pela influência que Juiz de Fora exerce/sofre sobre/da região.

Mapa 4 – Área Urbana de Juiz de Fora e localização do Alto Santo Antônio



3. A MOBILIDADE RESIDENCIAL DAS FAMÍLIAS DO ALTO SANTO ANTÔNIO – UM ESTUDO DE CASO

Escolhemos pela aplicação de questionários nas famílias que residem no assentamento de submoradias, denominado Alto Santo Antônio, localizado na RP de Lourdes (vide mapa 3), uma vez que não temos satisfatórios sobre toda cidade, para analisarmos a mobilidade residencial em Juiz de Fora mais concretamente.

Nossa opção pelo Alto Santo Antônio está baseado em alguns aspectos importantes. Primeiramente colocaríamos a localização do assentamento subnormal, que se encontra exatamente no vetor contrário dos investimentos imobiliários e crescimento demográfico intra-urbano mais pujante, relacionado, entre outros fatores, por uma já histórica ocupação por parte das classes média a baixa, majoritariamente, e por sua geomorfologia muito movimentada também.

Por segundo, apontamos o perfil sócio-econômico das famílias residentes. Trata-se de uma parcela da população não-incluída na lógica produtiva do capital globalizado.

Como terceiro aspecto colocamos a precariedade de infra-estrutura do local. As famílias não têm acesso a saneamento e infraestrutura básicos¹⁶.

Por último, destacamos o período de ocupação do local, que coincide com os últimos grandes investimentos econômicos que a cidade recebeu. O assentamento surge entre os anos de 1987 a 1995.

Estas características revelam nosso objetivo de análise: esclarecer como se dinamiza a mobilidade residencial daqueles que se encontram alijados dos interesses imobiliários/especulativos e do direcionamento do crescimento demográfico, postos em movimento pelos investimentos do capital globalizado e pelas políticas neoliberais, por não terem condições financeiras e preparação para de inserirem no mercado de trabalho formal.

Aplicamos 124 questionários em uma amostragem de famílias do Alto Santo Antônio, que possui um universo de 180 famílias residentes. Antes de concentrarmos mais especificamente na mobilidade residencial das famílias, alguns dados se mostram proeminentes. Da amostra pesquisada, 86,29% residem no local há cinco anos ou menos, comprovando que a maior parte das famílias que ali estão atualmente não residia no Alto Santo Antônio no período em que o local foi ocupado inicialmente. Outra informação interessante diz respeito à última moradia que as famílias tiveram antes de se deslocarem para o Alto Santo Antônio. Da amostragem, 50,81% pagava aluguel antes de se fixar no local e 30,65% habitavam moradias cedidas por familiares ou empregadores, pondo em evidência o motivo da ida dessas famílias para o Alto Santo Antônio – a “fuga” dos aluguéis, principalmente das áreas onde os interesses imobiliários proporcionaram a valorização dos imóveis e, conseqüentemente, o aumento nos valores dos aluguéis.

¹⁶ A esse respeito ver OLIVEIRA; CHAVES et SIMONCINI (2004).

Sobre a mobilidade residencial, confeccionamos a tabela 1, que faz uma relação entre tempo de moradia das famílias na área urbana de Juiz de Fora e as mudanças entre residências até chegarem no Alto Santo Antônio. Consideramos como tempo de moradia das famílias na área urbana da cidade a partir de seu estabelecimento – no caso de famílias imigrantes – ou de sua formação – para as famílias que tenham sido constituídas dentro em Juiz de Fora. Contamos os anos de moradia das famílias em Juiz de Fora partindo da relação ininterrupta, em uma mesma moradia, entre o chefe da família e um de seus membros – a união entre os cônjuges da família, ou o nascimento do primeiro filho do chefe da família, etc.

Assim, através das informações da tabela 1, podemos vislumbrar que a maior parte das famílias que residem no Alto Santo Antônio, habitam Juiz de Fora, ou foram aqui formadas, durante os dois últimos decênios passados, coincidindo com o período em que a cidade passa a receber investimentos para seu desenvolvimento econômico e crescimento populacional, como citado linhas acima. Das 124 famílias entrevistadas, 100 imigraram ou se constituíram há vinte anos ou menos. Dentro desta porção, mais da metade – 52 famílias – promoveram, no mínimo, um deslocamento entre residências dentro da cidade.

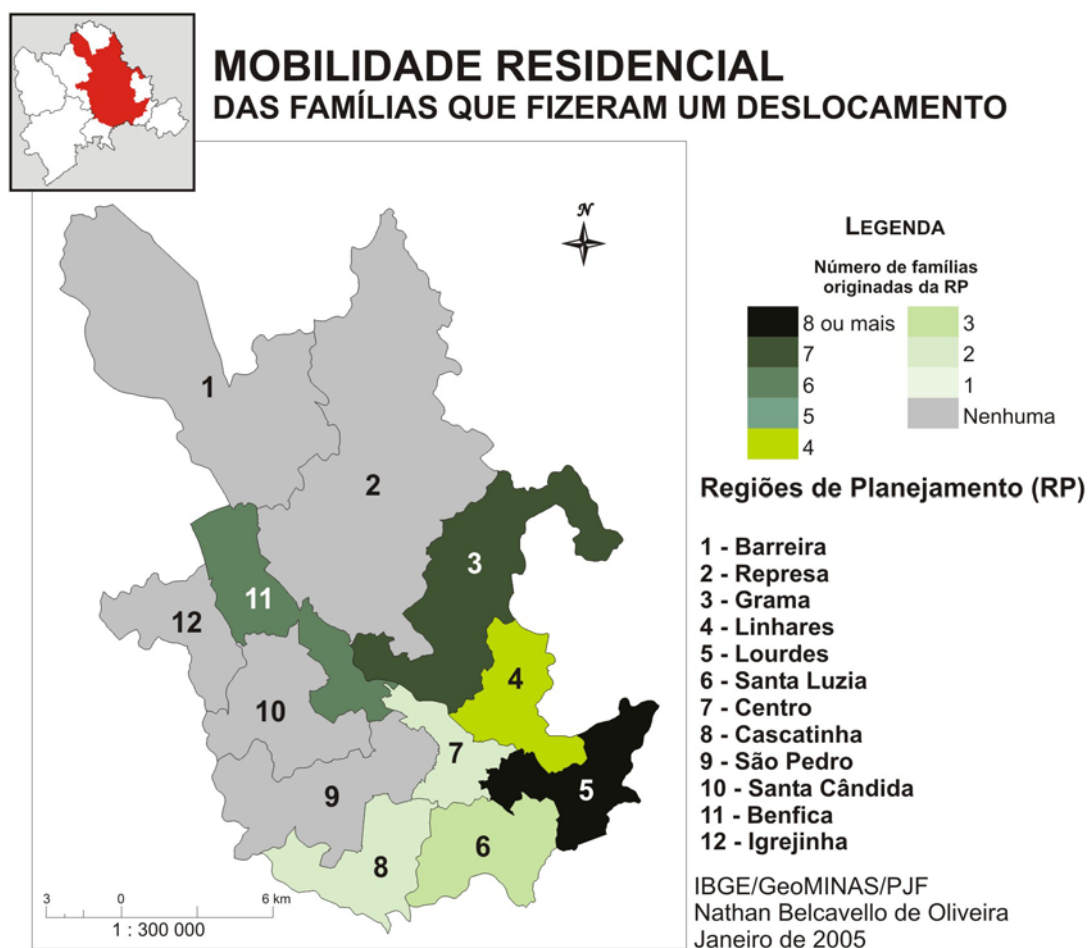
Tabela 1 – Relação entre o tempo de moradia das famílias em Juiz de Fora (MG) e a mobilidade residencial – junho de 2003

Tempo das Famílias em Juiz de Fora (anos)	Números de Famílias					Porcentagem em relação à amostra						
	Total	Deslocamentos					Total (%)	Deslocamentos				
		0	1	2	3	4 ou mais		0	1	2	3	4 ou mais
0 – 10	58	6	35	11	5	1	46,77	4,84	28,22	8,87	4,03	0,81
10 – 20	42	1	17	7	11	6	33,87	0,81	13,71	5,64	8,87	4,84
20 – 30	16	0	11	3	2	0	12,90	0,00	8,87	2,42	1,61	0,00
30 – 40	4	0	2	1	1	0	3,23	0,00	1,61	0,81	0,81	0,00
40 ou mais	4	1	1	1	1	0	3,23	0,81	0,81	0,81	0,80	0,00
Σ	124	7	66	23	21	7	100,00	6,46	53,22	18,55	16,12	5,65

Para efeito de exemplificação de nossas análises sobre a mobilidade residencial, iremos nos ocupar somente com as famílias que residem em Juiz de Fora há vinte anos ou menos e que

realizaram uma ou duas mudanças residenciais na área urbana, por ser o grupo mais expressivo. Elaboramos os mapas 4, 5 e 6 a partir das informações coletadas juntamente com as famílias. Devido à escala, apresentamos as informações a partir das Regiões de Planejamento.

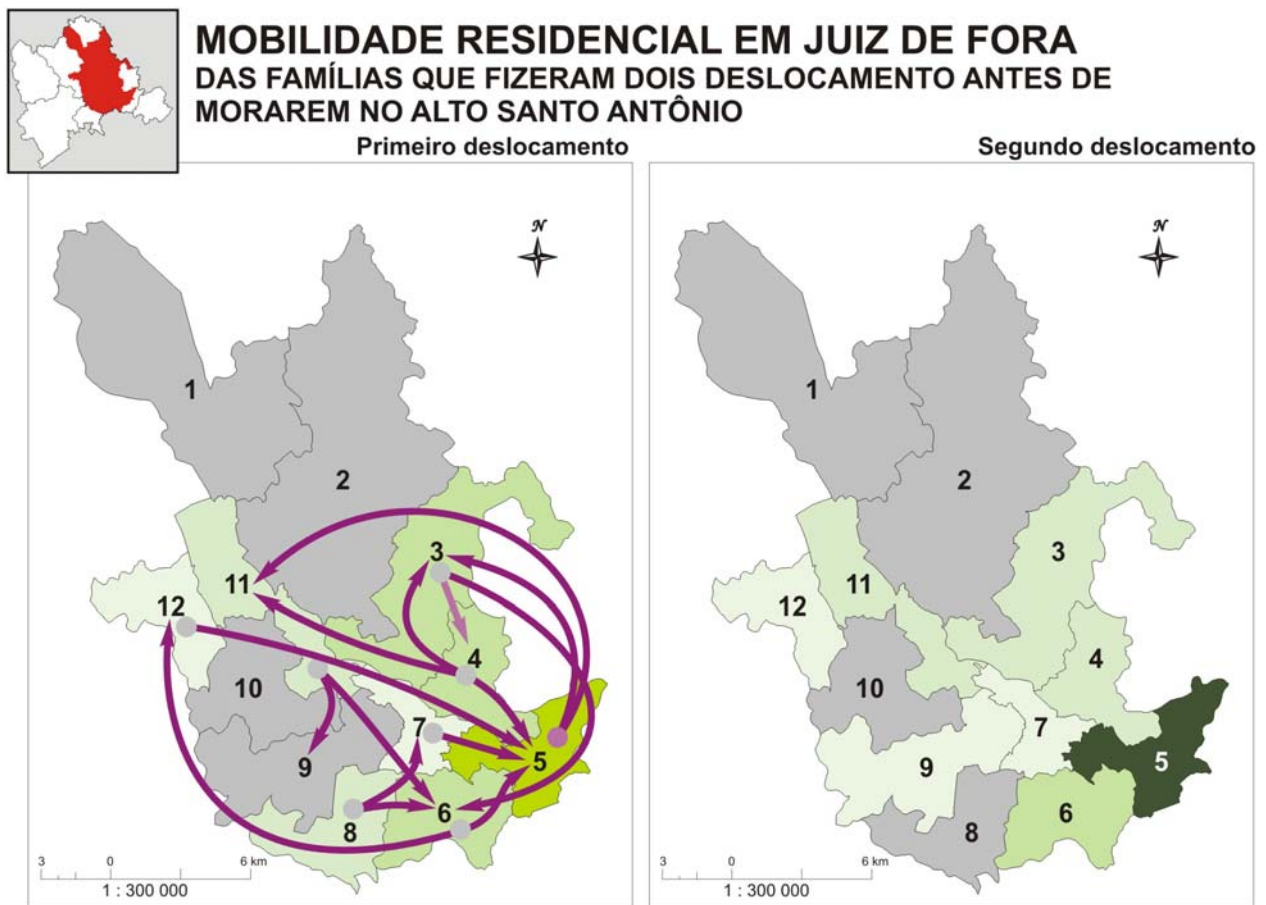
Mapa 5 – Mobilidade residencial das famílias com 20 anos ou menos de moradia em Juiz de Fora, que realizaram uma mudança residencial na área urbana



O mapa 5 apresenta o deslocamento daqueles que o realizaram uma única vez. Podemos verificar que, das 52 famílias analisadas neste primeiro mapa temático, 56%, ou seja, mais da metade, já habitavam em bairros da RP de Lourdes, aonde se encontra o Alto Santo Antônio (vide mapa 3). Por sua vez, desta seleção de 28 famílias, 67,86% – 19 famílias – têm o tempo de moradia em Juiz de Fora igual ou inferior a dez anos, onde somente quatro chefes de família deste grupo são naturais de Juiz de Fora, o que nos leva a concluir que esta concentração na RP de Lourdes expressa muito mais uma relação com a especulação imobiliária da cidade, do que a simples

proximidade com o local analisado, pois essas famílias, ao que tudo indica, chegaram em Juiz de Fora e não tiveram opção de moradia em outras RP's, por causa da valorização das outras periferias da cidade, como já mencionado. Isso se confirma ao visualizarmos que as duas outras RP's que contribuem com famílias para o Alto Santo Antônio são a do Grama e de Benfica, conforme nos aponta o mapa 4.

Mapa 6 e 7 – Mobilidade residencial das famílias com 20 anos ou menos de moradia em Juiz de Fora, que realizaram duas mudanças residenciais na área urbana



**MOBILIDADE RESIDENCIAL EM JUIZ DE FORA
DAS FAMÍLIAS QUE FIZERAM DOIS DESLOCAMENTO ANTES DE
MORAREM NO ALTO SANTO ANTÔNIO**

Primeiro deslocamento

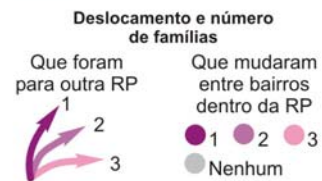
Segundo deslocamento

IBGE/GeoMINAS/PJF
Nathan Belcavello de Oliveira
Janeiro de 2005

- | | |
|-----------------|--------------------|
| 1 - Barreira | 7 - Centro |
| 2 - Represa | 8 - Cascatinha |
| 3 - Grama | 9 - São Pedro |
| 4 - Linhares | 10 - Santa Cândida |
| 5 - Lourdes | 11 - Benfica |
| 6 - Santa Luzia | 12 - Igrejinha |



LEGENDA



Por sua ordem, os mapas 6 e 7 revelam os deslocamentos das famílias que colocaram em prática duas mudanças de moradias em Juiz de Fora. Notamos aqui também a mesma tendência de uma concentração nas RP's do Grama, de Lourdes e de Benfica, verificada para as famílias que se deslocaram uma única vez, sobretudo no segundo deslocamento (mapa 6), que antecede a ida destas famílias para o assentamento. Porém, também podemos perceber uma distribuição mais ampla das famílias na cidade e uma tendência a “periferização” na primeira mudança efetuada pelas famílias, contudo, também mais dispersa (mapa 5). Isso demonstra que o período anterior ao primeiro deslocamento possibilitava que estas famílias habitassem áreas da cidade que, atualmente, são altamente valorizadas, devido à especulação imobiliária, o que demonstra também a tendência à segregação sócio-espacial cada vez mais marcante no espaço intra-urbano juizforano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises que apresentamos para exemplificar nossa pesquisa retratam uma tendência em todos os demais grupos de famílias que residem atualmente no alto Santo Antônio. São famílias, majoritariamente emigradas de municípios circunvizinhos a Juiz de Fora, que, por causa dos investimentos imobiliários em outras periferias da cidade, acabam não tendo outra escolha se não a de ir para a RP de Lourdes, aonde o preço do aluguel ainda é compatível com suas rendas familiares, até poderem se fixar no assentamento de submoradia.

Com os dados colhidos em campo – através dos questionários e de conversas com os moradores – conseguimos distinguir três períodos distintos para o Alto Santo Antônio, conforme apresentamos em outro artigo.

O primeiro seria o momento da invasão, aonde famílias oriundas de outros municípios chegam a Juiz de Fora e não tendo outra forma de conseguirem uma moradia, invadem um terreno na periferia, buscando logo em seguida algum tipo de ajuda junto aos políticos locais. Logo em seguida vem o momento de organização das famílias para obtenção em definitivo da posse do local. Tem-se início então a uma série de alterações. Com a posse, mesmo que provisória, as famílias passam a negociar os terrenos, havendo, assim, algumas vendas ilícitas e se somando às primeiras, novas famílias, agora oriundas também de dentro da própria cidade. O terceiro período está sendo posto em marcha agora, com o projeto de urbanização que a prefeitura irá iniciar, o que, com certeza, alterará

ainda mais o perfil das famílias ali existentes (OLIVEIRA et MENEZES, 2004: 9).

Também conseguimos verificar que, mesmo não sendo um espaço intra-urbano de interesse direto dos investimentos imobiliários, o local acaba se dinamizando pela mobilidade residencial das famílias de baixa renda, lindeiras ao processo de inserção do capital globalizado na cidade. Isso nos leva a colocar algumas questões a serem respondidas por nós cidadãos. Será que este “desenvolvimento” apregoado pelas autoridades municipais tem sido realmente em benefício de todos? Até quando aqueles beneficiados pelas maravilhas advindas da globalização poderão continuar a alijar os demais habitantes da cidade sem que haja conflitos mais sérios do que os que já ocorrem cotidianamente?

Essas e outras perguntas devem ser formuladas e respondidas para que possamos nos encontrar com a realidade e, desta maneira, modificá-la em prol da sociedade como um todo e não somente uma parcela.

Não obstante, muitas outras análises podem ser feitas a partir dos dados que obtemos no Alto Santo Antônio, os quais pretendemos fazer em nosso trabalho de conclusão do bacharelado em Geografia. Também pleiteamos continuar no estudo da mobilidade residencial em Juiz de Fora, procurando levantar dados sobre outras áreas do espaço intra-urbano, para assim conseguirmos contemplar de maneira mais abrangente a dinâmica da mobilidade residencial na cidade e suas relações com outros fenômenos intra-urbanos, como segregação sócio-espacial, e também com fenômenos externos, como o incremento populacional através da migração e o processo de globalização.

Acreditamos que o conhecimento da mobilidade residencial potencializa um planejamento urbano mais criterioso, que promova as condições de igualdade no oferecimento de infraestrutura e serviços intra-urbanos a toda população juizforana, além de auxiliar a Geografia no conhecimento apurado do espaço intra-urbano, sobremaneira, em nosso caso, das cidades médias brasileiras, necessário para que não se tornem em mais um problema sócio-ambiental dentro da hierarquia urbana do país, já tão sacrificada pelas metrópoles que, praticamente, não têm mais solução para seus problemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. et FARIA, T. C. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, v.1, p. 421-456, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/>> Acesso em: 10 ago. 2003.

BAENINGER, R. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, v.1, p. 729-772, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/>> Acesso em: 10 ago. 2003.

BELGO GRUPO ARCELOR. Perfil corporativo. Texto de apresentação da Belgo. Disponível em: <<http://www.belgo.com.br/grupo/perfil.htm>> Acesso em: 26 nov. 2004.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Organizado por José Guilherme Filho. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CASTELLS, M. A questão urbana. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CONCER. A Concer. Texto de apresentação da Concer. Disponível em: <<http://www.concer.com.br/aconcer.htm>> Acesso em: 29 mar. 2005.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. 4ed. São Paulo: Ática, 1999.

EMBRATEL. Conheça a Embratel Participações. Texto de apresentação da Embratel. Disponível em <<http://www.embratel.com.br/Embratel02/cda/portal/>> Acesso em: 26 nov. 2004.

GASMIG. Mercado termelétrico. Texto de apresentação da Gasmig. Disponível em: <<http://www.gasmig.com.br/>> Acesso em: 29 mar. 2005.

GOMES, P. C. da C. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LAGO, L. C. do. Divisão Sócio-Espacial e Mobilidade Residencial: reprodução ou alteração das fronteiras espaciais. Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, v.1, p. 1-17, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/>> Acesso em: 10 ago. 2003.

LEFEBVRE, H. O Direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOURES, A. G. R. et OLIVEIRA, N. B. Globalização, formas, lugares e ações: estudo de caso sobre a implementação do Independência Shopping em Juiz de Fora – MG. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia: AGB/UFG/UCG, v.1, p.1-12, 2004.

MACHADO, P. J. de O. Juiz de Fora: polarização e movimentos migratórios. Revista Geosul. Florianópolis, n. 23, v. 12, p. 121-137, jan/jun 1997.

MAGALHÃES, D. J. A. V. de et CARVALHO, J. A. M. de. Determinantes da duração do tempo de residência em domicílios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Ouro Preto, v.1, p. 1-27, 2002. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/>> Acesso em: 10 ago. 2003.

OLIVEIRA, N. B. et CHAVES, T. S. Assentamentos de submoradias, segregação sócio-espacial e condições sócio-ambientais em Juiz de Fora, Minas Gerais – estudo de caso no Alto Santo Antônio. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia: AGB/UFG/UCG, v.1, p. 1-12, 2004.

OLIVEIRA, N. B.; CHAVES, T. S. et SIMONCINI, J. V. B. Globalização, neoliberalismo e impactos sobre a América Latina – conseqüências sobre o espaço urbano na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Anais do VI Encuentro Humboldt. Villa Carlos Paz, Argentina: Centro de Estudios von Humboldt, v.1, p. 1-15, 2004.

OLIVEIRA, N. B.; LOURES, A. G. R. et CASTRO, L. F. S. de. Globalização, neoliberalismo, formas e lugares: conseqüências no espaço urbano das cidades médias brasileiras – estudo de caso sobre a implementação do Independência Shopping em Juiz de Fora. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, p. 10766-10784, 2005.

OLIVEIRA, N. B. et MENEZES, M. L. P. Mobilidade residencial e segregação sócio-espacial em Juiz de Fora, Minas Gerais – estudo de caso no Alto Santo Antônio. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos da População da ABEP. Campinas: ABEP, p. 1-11, 2004.

OSZLAK, O. Merecer la ciudad. Buenos Aires: Hvmantas/ CEDES, 1991.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: proposições. Juiz de Fora, 1998. Disponível em <<http://www.pjf.mg.gov.br>> Acessado em: 10 ago. 2003.

RODRIGUES, A. M. Moradia nas cidades brasileiras. 7ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. Economia Espacial: críticas e alternativas. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, M. et SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SOUZA, M. L. de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SMOLKA, M. O. Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social à segregação residencial no espaço. Anais do VIII Encontro de Estudos Populacionais. Brasília, v.3, p. 331-350, 1992. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/>> Acesso em: 10 ago. 2003.

SPÓSITO, E. S. A vida nas cidades. São Paulo: Contexto, 1994.

TELMEX. Introdução à Telmex. Texto de apresentação da Telmex. Disponível em <http://www.telmex.com/br/br_esto.html> acessado em 26 nov. 2004.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP/ Lincoln Institute, 2001.